

DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 578, DE 2022 QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023.

O projeto de Lei Nº 578 / 2022, enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, orça a Receita e fixa a Despesa da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo para o ano de 2022, num montante de R\$ 317.408.397.614,00 (trezentos e dezessete bilhões, quatrocentos e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil e seiscentos e quatorze reais).

O projeto de Lei chegou nesta casa em 30 de setembro e recebeu emendas até 7 de novembro. No dia 25 de novembro foi nomeado relator o deputado Delegado Olim.

Em pauta pelo período regimental, o projeto recebeu 21.332 emendas, que foi a segunda maior quantidade de emendas desde o projeto do orçamento para 2011.

Frente a proposta orçamentária de 2022, **Projeto de Lei Nº 663, DE 2021**, houve uma redução de 19,85% ou foram apresentadas 5.282 emendas a menor que o ano anterior.

O relator Delegado Olim, só fez remanejamento e não ampliou recursos. A tabela abaixo mostra as alterações feitas pelo relator:

emenda	Artigo	remanejamento	valor
emenda A	0,45% para emendas impositivas parlamentares		

emenda B	<p>aditivo governador- mensagem aumenta remanejamento Artigo 10 - O Poder Executivo deverá proceder, em seu âmbito, movimentações orçamentárias por decreto, mediante o remanejamento de recursos em favor da São Paulo Previdência - SPPrev, de modo a adequar os registros contábeis para a cobertura da insuficiência financeira dos regimes de previdência à metodologia preconizada pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.</p> <p>§ 1o - As movimentações de dotações orçamentárias, previstas no "caput", não se aplicam aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e às Universidades estaduais e não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2023.</p> <p>§ 2o - As movimentações de dotações de que trata o "caput" deste artigo não serão consideradas no cômputo dos limites de créditos adicionais estabelecidos nas leis de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual relativas ao exercício de 2023.</p> <p>Artigo 11 - O Poder Executivo deverá providenciar, mediante decreto, os ajustes orçamentários dos recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, adequando- -os aos procedimentos contábeis específicos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional tendo em vista o disposto no § 2o do artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal</p>		
emenda C	<p>Reduz a receita correntes da administração indireta em R\$ 2 bilhões, de R\$ 60,5 para R\$ 58,5 bilhões e aumenta em dois bilhões para receitas de capital da administração indireta</p>		
emenda D	<p>Cria o Funtesp- fundo do trabalho do Estado de SP</p>	remanejamento	5.
emenda E	<p>Prioridades governo eleito- remaneja recursos para o bolsa do povo estudante- altera valores, descrição e metas físicas (retira R\$ 100 milhões de expansão da infraestrutura de apoio a custódia e reintegração, R\$ 37 milhões do bolsa do povo- centro Paula Souza e 19 milhões de ação cooperativa estado município para construções ou ampliações escolares, R\$ 34 milhões para bolsa do povo- responsável legal e 10 milhões desenvolvimento de destinos paulistas)</p>	remanejamento	200.
emenda F	<p>Remanejamento mutirões da saúde (retira de apoio a atenção básica de saúde- municípios e entidades filantrópicas)</p>	remanejamento	30.

emenda G	Remaneja recursos da ação novo tec aprendiz (retira de promoção do sistema paulista de ambientes promotores de inovação-SPAI) altera descrição e metas	remanejamento	2.
emenda H	Ajusta o nome da ação 6346- "novotec qualificação profissional"		
Emenda I	Habitação: remanejamento para ações habitacionais para recuperação de áreas protegidas e mananciais (retira provisões de moradia para demanda geral)	remanejamento	
emenda J	Habitação: remanejamento para revitalização de áreas centrais (retira provisões de moradia para demanda geral)	remanejamento	
emenda K	Correções atual governo- Remanejamento para comunicação social- publicidade institucional (retira de gerenciamento administrativo e de infraestrutura)	remanejamento	3.
	Emendas parlamentares e das audiências públicas		
subemenda I	Saúde: para apoio à atenção básica de saúde- municípios e entidades filantrópicas (retira de articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios)	remanejamento	245.
subemenda II	Defesa civil para suporte á gestão civil (retira de articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios)	remanejamento	30.
Subemenda III	Segurança pública aparelhamento da polícia civil (R\$ 40 milhões, combate a incêndio R\$ 6,18 milhões e bombeiros - construção em R\$ 3,81 milhões) e retira este valor da ação articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios	remanejamento	50.
subemenda IV	Alternativa de conflitos -Tribunal de justiça ou para conciliadores e mediadores (retira de articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios)	remanejamento	2.
Subemenda V	Aumenta para a ALESP (retira de articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios)	remanejamento	200.
subemenda VI	Conservatório de Tatuí (retira articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios)	remanejamento	3.
subemenda VII	Cultura (Proav- 500 mil, oficinas culturais 1 milhão e implantação de fábricas de cultura 4.0 500 mil) e retira de articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios	remanejamento	2.
subemenda VIII	Recuperação e Duplicação de rodovias (retira de estradas vicinais)	remanejamento	1.000.
Subemenda IX	Esportes para centro de iniciação esporte social, formação e excelência esportiva e retira de articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios	remanejamento	1.
Emenda L	Nova Tamoios - contornos (retira de subscrições de ações metrô em R\$ 360 milhões, repasse de recursos do FUNAC em R\$ 90 milhões, e cidadania no campo- rotas rurais em 200 milhões)	remanejamento	650.
Emenda M	ajuste Turismo altera em R\$ 22, 5 milhões apoio aos municípios de interesse turísticos -MI e de R\$ 90,1 milhões para apoio aos municípios turísticos- estâncias de custeio para investimentos	remanejamento	112.
	Das emendas impositivas		

Emenda N	anexo li- Saúde por deputado e anexo III (exceto saúde)		
Emenda O	Desenvolvimento de ações decorrentes de emendas impositivas, exceto saúde (retira de ações impositivas, exceto saúde em R\$ 220 milhões e articulação municipal, consórcios e parcerias com municípios em R\$ 329,8 milhões. E coloca R\$ 550 milhões para emendas impositivas na saúde e em outras secretárias.	remanejamento	550.

O relator alocou recursos para o aumento das emendas impositivas e fez uma serie de remanejamento, retirando R\$ 1 bilhão das estradas vicinais para Recuperação e Duplicação de rodovias. Em outro remanejamento ampliou em 650 milhões para a Nova Tamoios- contornos e para isto retira de subscrições de ações metrô em R\$ 360 milhões, repasse de recursos do FUNAC em R\$ 90 milhões, e cidadania no campo- rotas rurais em 200 milhões, que na prática também esta vinculado as vicinais.

Ainda remanejou R\$ 3,8 milhões para publicidade institucional a pedido do atual governo e retirou de gerenciamento administrativo e de infraestrutura.

Não se alocou um centavo para o Iamspe.

Como avanço destaco recursos para as audiências públicas especialmente para Saúde e segurança pública. Ainda colocou R\$ 2 milhões para conciliadores e mediadores.

ainda destaco que se ampliou recursos de r\$ 1 milhão para centro de iniciação esporte social, formação e excelência esportiva e r\$ 2 milhões na cultura para o proav com o valor de r\$ 500 mil, oficinas culturais r\$ 1 milhão e implantação de fábricas de cultura 4.0 em R\$ 500 mil.

Devo destacar que até 19 de dezembro o governo paulista havia arrecadado quase R\$ 12 bilhões a mais que o previsto.

A proposta de orçamento de 2023 aponta que a renúncia de receita com ICMS e IPVA para 2023 chega a quase R\$ 86,5 bilhões e a educação perde R\$ 23,8 bilhões e a saúde R\$ 9,5 bilhões. O valor da renúncia de receita representa 27,5% do total do orçamento 2023.

A renúncia de receita é R\$ 30,2 bilhões a mais de tudo que se projeta

gastar em 2023 com a educação, de R\$ 50,6 bilhões a mais com a saúde, quase R\$ 52 bilhões a mais do que com a Segurança Pública e R\$ 56 bilhões a mais que o que será desembolsado com a secretaria de desenvolvimento econômico, que tem as universidades paulistas.

Até 29 de novembro de 2022, no IAMSPE, a despesa com recursos do tesouro já havia chegado de R\$ 1,83 bilhão e superava a previsão em 10% ou 167 milhões e os recursos do tesouro estadual eram de apenas R\$ 75 milhões. A diferença entre os recursos dos servidores públicos e do Tesouro é de R\$ 1,76 bilhão. Esta política continua, que gera cidades e regiões inteiras onde os servidores não tem atendimento. E para 2023 enquanto os servidores colocam R\$ 1,97 bilhão no IAMSPE, o governo paulista disponibiliza apenas R\$ 3,1 milhões ou 0,16% do total gasto.

- 1-) A LDO 2023 previa crescimento do PIB de 1,3% e da inflação (IPCA) de 3,8%. Ao comparar as informações da LDO para 2023 com as do orçamento de 2023 e consta-se que o valor o crescimento da receita pulou de R\$ 4,6 bilhões (+1,64%) para R\$ 30,6 bilhões (+10,67%).

As receitas primárias, basicamente de impostos, cresceriam apenas 1,64% ou R\$ 4,6 bilhões. De abril para setembro, chegada do orçamento ao poder Legislativo, as receitas e despesas crescem 10,67% ou R\$ 30,6 bilhões. O remanejamento cresceu, devido a mudanças da LDO 2021 e podem chegara 52% ou R\$ 165 bilhões.

2-) O governo Rodrigo Garcia corta recursos de outros poderes, especialmente a, Tribunal de Contas (-R\$ 50 milhões), Ministério Público (-R\$ 80 milhões) e Assembleia Legislativa (-R\$ 135 milhões).

3-) No Poder Executivo, perdem participação a Administração Geral do Estado (-R\$ 4,11 bilhões), Agricultura (-R\$ 10,7 milhões), Cultura (-R\$ 16 milhões), infraestrutura e meio ambiente (-R\$ 190 milhões),

Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (-R\$ 215 milhões) , Justiça (-R\$ 54 milhões), e turismo (-R\$ 53 milhões) e com isto crescem menos que o crescimento do orçamento do estado (10,67%).

4-) A educação cresceu 12,5% e aumenta sua participação no “bolo do orçamento” em R\$ 2,5 bilhões , Desenvolvimento Social (R\$ 185 milhões), Transportes Metropolitanos (R\$ 2,27 bilhão), Esporte e Lazer (R\$ 2,1 milhões), Administração Penitenciária (R\$ 416 milhões), Segurança Pública (R\$ 1,26 bilhão), Tribunal de Justiça (R\$ 547 milhões) e Desenvolvimento Regional (R\$ 146 milhões)

- 5-) O aumento dos investimentos das empresas do governo do Estado em R\$ 2,9 bilhões (+28%) em valores nominais, já em valores corrigidos é de R\$ 2,5 bilhões. Aponto aumento real dos Investimentos das principais Empresas Estatais frente a 2022, tais como o Metrô em R\$ 1,6 bilhão (54%), em R\$ 518 milhões CDHU (40%), SABESP R\$ 525 milhões (12%), EMTU em R\$ 142 milhões (94%)
- Já a com diminuição de recursos no valor de entre as principais empresas estatais. EMAE CAIU em R\$ -92 milhões ou -32%, Prodesp -R\$ 14,2 milhões ou -14,2% e Agência de fomento teve acréscimo de em -R\$ 198 milhões (-14%).

6-) Por ação apontamos queda de investimento nas seguintes ações das empresas não dependentes. Na agência de fomento apontamos queda de R\$ 229 milhões ou -41% para desembolso para micro e pequenas empresas, financiamento de municípios paulistas em R\$ 281 milhões ou 37,8%. Corte de provisão de lotes urbanizados de R\$ 135 milhões ou -57%, regularização fundiária de conjuntos habitacionais de R\$ 1,25 milhões ou -2,4%, reassentamento habitacional em R\$ 29 milhões ou 9%, melhorias habitacionais e urbanas de R\$ 12,2 milhões ou -46%, linha 1- azul - recapacitação e modernização de R\$ 17 milhões ou -26%, linha 19-celeste - Anhangabaú-Bosque Maia de R\$ 67 milhões ou -56%, portas de plataforma nas estações das linhas 1, 2 e 3 de R\$ 42 milhões ou -25%, gestão do Poupatempo em R4 35

milhões ou 60% e Corredor metropolitano noroeste da região metropolitana de campinas- implantação de R\$ 3,5 milhões ou -29%

- 7-) Analisando apenas os investimentos estaduais das Secretarias observamos um incremento geral de 92,5% ou R\$ 10,48 bilhões para 2022 em relação a 2021. O governo Doria aposta no crescimento em valores corrigidos de obras e compra de equipamentos permanentes para algumas secretarias, como Transportes R\$ 3,2 milhões (92%), Segurança Pública R\$ 655 milhões (118%), Saúde R\$ 217 milhões (20%), Habitação sem CDHU R\$ 72 milhões (14%), Desenvolvimento Regional R\$ 1,19 bilhão (R\$ 212%), Educação (R\$ 29,7 milhões ou 3,8%), Transportes Metropolitanos R\$ 792 milhões (92%), Cultura -R\$ 55,5 milhões (63%), Secretaria de Agricultura R\$ 178 milhões (242%), turismo (+R\$ 45 milhões ou +8,6%) justiça e da defesa da cidadania (R\$ 74 milhões ou 620%), Desenvolvimento Social R\$ 53 milhões (R\$ 103%), Secretaria de Esporte e Lazer R\$ 87 milhões (231%), Secretaria de ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico (R\$ 1,15 bilhão ou 273%), Administração Penitenciária -R\$ 223 milhões (403%), meio ambiente e infraestrutura (R\$ 1,06 milhões ou 124,9%) e direitos pessoa com deficiência (+ R\$ 1,17 milhão ou 23%).
- Os órgãos que terão redução de recursos para investimentos, como ministério público (-R\$ 7,48 milhões ou -8%), tribunal de contas (-R\$ 810 mil ou 23,9%) e secretaria do governo (-R\$ 26,5 milhões ou -19,4%)

8-) Os investimentos em obras e material permanente, segundo a LOA de 2023 apresenta um crescimento real de 7%. Os investimentos já definidos para as regiões administrativas caem R\$ 809 milhões ou 3% e onze regiões apresentam queda. Destacamos que em valor real a grande São Paulo cresceu 7,62% ou R\$ 1,2 bilhão, São José dos Campos em 27% ou R\$ 154 milhões e Santos

em R\$ 300 milhões ou 31%.As maiores quedas se encontram nas regiões de Itapeva em 67%,Central 60%, Marília 59,7%, Bauru 59,13%, Franca 56,2% e Araçatuba em 53%.

9-) No gasto constitucional com a saúde o governo deixa de aplicar R\$ 114 milhões e aplicará apenas 11,92%, e não os 12% . E na secretaria da saúde os cortes se concentram na redução do coordenadoria de defesa e saúde animal de R\$ 16,7 milhões ou -23%, fundação para o remédio popular Chopin Tavares de Lima-FURP em R\$ 76 milhões ou 28,8%, fundação Oncocentro de São Paulo com queda no investimentos de R\$ 826 mil com queda de 8%, hospital clinicas faculdade medicina de Marília – HCFAMEMA (-R\$ 2,7 milhões ou -1,3%).

Por ação os cortes são expressivos para para apoio a atenção básica municipal (-12,9% ou R\$ 26,8 milhões), controle de doenças transmitido por vetores (dengue, entre outros) com redução de R\$ 21,9 milhões ou -100%, para reformas e instalações emergenciais de unidades de saúde (-68 ou -R\$ 77 milhões), imunização da população humana (R\$ 11,3 milhões ou 86%), assistência médica, hospitalar e ambulatorial nos hospitais da USP (R\$ 61,5 milhões ou 9%), suporte à operacionalização da gestão dos hospitais em parceria público privada em R\$ 161 milhões ou 36,5%, fabricação e distribuição de medicamentos, (-R\$ 77,8 milhões ou 29,5%) e apoio a recomeço : programa estadual de enfrentamento ao crack-saude (-R\$ 5,67 milhões ou 32%).

10-) Na Segurança Pública, , a queda de recursos para instalações da polícia civil em R\$ 53 milhões ou 32%, delegacia da mulher 24HS em R\$ 912 mil ou 3,7%, seleção formação capacitação aperfeiçoamento polícias civis em R\$ 38 milhões ou 39%, construção/readequação de instalações físicas (corpo de bombeiro) em R\$ 4,1 milhões ou 100%, obras instalação unidades polícia técnico-científica em R\$ 68 milhões ou 74%, implantação de câmeras operacionais portáteis para o efetivo da polícia militarem R\$ 89 milhões ou 100%, olho digital em R\$ 6,2 milhões ou 74%,

aparelhamento e modernização contínua dos equipamentos da polícia militar em R\$ 15,7 milhões ou 3,5%, operações integradas da polícia /CICC -centro integrado de comando e controle em R\$ 6,6 milhões ou 58%, implantação de batalhões de ações especiais - BAEPS em R\$ 7,2 milhões ou 100%, construção do centro de operações da polícia militar – COPOM em R\$ 18 milhões ou 58%.

1-1) Na Educação, destacamos a redução de recursos na orçamentos e finanças corte de R\$ 1,35 bilhão (-11%), e coordenadoria de informação e tecnologia (-R\$ 192 milhões ou 31%). E se prevê cortar em R\$ 6 milhões ou 4,9% para construção de creches, contribuição do Estado para Educação Básica- Fundeb em R\$ 1,364 bilhão ou 13%, para provisão de recursos para atividades pedagógicas, provisão de material didático em R\$ 8,2 milhões ou -35,7%, seleção, promoção, progressão e evolução dos profissionais/servidores da educação em R\$ 37,5 milhões ou 83%, operação da rede de ensino básico em R\$ 367 milhões ou 20,7% e INOVA - implementação de recursos tecnológicos e oferta de material escolar em R\$ 302 milhões ou 67%.

11-) Na secretaria desenvolvimento econômico, ciência, tecnologia. Inovação redução No Paula Souza de R\$ 69 milhões ou 9,5% desenvolvimento e educação profissional tecnológica, desenvolvimento ensino médio-centro Paula Souza em R\$ 134 milhões ou 31,5%. Na áreas de desenvolvimento há cortes para apoio tecnológico às micro, pequenas e médias empresas R\$ 4,6 milhões ou 56%, assistência e apoio ao investidor em R\$ 2,16 milhões ou 7%, fomento à geração e ao crescimento de startups nos ambientes de inovação em R\$ 1,8 milhão ou 43% e formulação do plano de desenvolvimento econômico e fomento de polos de desenvolvimento em R\$ 6,6 milhões ou 82%.

12-) Universidades: Nas universidades, há redução para políticas permanência e formação estudantil em R\$ 224 milhões ou 47,6% e extensão universidade difusão cultura serviço e comunidade (R\$ 100 milhões ou 27,8%). Na FAPESP, divulgação e difusão dos resultados de pesquisa R\$ 22,5 milhões ou 40% e infraestrutura de pesquisa em

R\$ 84 milhões ou 35,4%. E falta R\$ 981 milhões para alcançar os 9,57% para as universidades.

13-) Na área do trabalho, programa de qualificação profissional – PQP (-10,8% ou –R\$ 1,47 milhão), NOVOTEC - qualificação profissional para estudantes do ensino médio da rede estadual (R\$ 5,9 ou 2,2%).

14-) No gasto constitucional com educação se constata a não aplicação de R\$ 9,5 bilhões para 2023. Vale ressaltar que de 2007 e 2020, o valor não aplicado em educação é de R\$ 111,9 bilhões.

De 2018 a 2020, deixaram de ser aplicados R\$ 25 bilhões dos recursos constitucionais destinados à Educação. Para 2022 e 2023, se prevê que deixarão de ser aplicados R\$ 10,5 bilhões. O governo paulista não cumpre a Constituição, que fixa o mínimo de 30% da receita de impostos a ser aplicado obrigatoriamente em Educação.

15-) Na Secretaria de Transportes Metropolitanos várias linhas da CPTM sofrerão cortes como a linha 8 - diamante da CPTM (-R\$ 101 milhões ou -86%), modernização da linha 7 - rubi da CPTM em R\$ 77 milhões ou 92%, modernização da linha 11 - CORAL da CPTM em R\$ 268 milhões ou 77%, modernização da linha 12 - SAFIRA DA CPTM em R\$ 61 milhões ou 51%, extensão da linha 9 - Esmeralda até varginha em R\$ 61 milhões ou 36%, operação da estrada de ferro Campos do Jordão em R\$ 2,27 milhões ou 13,6% e apoio a PPP do VLT da Baixada Santista (-R\$ 2 milhões ou -3,7%) e PPP para implantação do trem inter cidades – TIC em R\$ 50,4 ou 50,2%. Ainda destaque, redução de R\$ 473 milhões ou -13% na CPTM, e de R\$ 3,3 milhão ou – 18% estrada de ferro Campos do Jordão

- 16-) Na secretaria de Logística e Transporte chamamos atenção para a queda na Companhia docas de São Sebastião com redução

de R\$ 4 milhões (-8,5%) e de R\$ 332 milhões no DER. Por ação destaque: redução nos recursos gestão administrativa e operacional da DERSA desenvolvimento rodoviário S/A em R\$ 24 milhões ou 100%, operação do porto de São Sebastião R\$ 4,1 milhões ou 8,5%, operação e segurança da malha rodoviária em R\$ 69,9 milhões ou 9%, conservação sinalização segurança rodovias em R\$ 96,6 milhões ou 8,8%, duplicação, implantação, recuperação de rodovias em R\$ 1,34 bilhão ou 49,3%, Nova Tamoios – Contornos em R\$ 292 milhões ou 34%, apoio a PPP rodovia Tamoios-Serra em R\$ 294 milhões ou 100%.

17-) Na secretaria de Desenvolvimento Social destacamos queda de R\$ 52 milhões ou 19,5% na administração superior da secretaria e coordenadoria de gestão estratégica em R\$ 67 mil ou 5,8%.

E corte como melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade em R\$ 23 milhões ou 11%.

18-) Na secretaria de Justiça ocorre corte na fundação Casa em R\$ 30 milhões (-1,9%). Na justiça, destacamos queda de adequação da infraestrutura ao SINASE E ECA em R\$ 24 milhões ou 80%, reformas e adequações de bens imóveis em R\$ 27,7 milhões ou 100%, construção, reforma fóruns ministério público em R\$ 18 milhões ou 43%, educação em direitos humanos e cidadania em R\$ 4,3 milhões ou 43%, atenção educação adolescente medida cautelar (-R\$ 4 milhões ou -2,6%). Para o ITESP, destaque em regularização fundiária urbana e rural em R\$ 2,3 milhões ou 3,7%, fortalecimento agricultura familiar quilombos em R\$ 648 mil ou 14,5%.

19-) Na cultura há corte para implantação de fábricas de cultura 4.0 em R\$ 16,6 milhões ou 17%, oficinas culturais em R\$ 3,3 milhões ou 19%,

infraestrutura de equipamentos culturais em R\$ 2,3 milhões ou 16%, PROAV - programa de investimento no setor de audiovisual em 41,9% ou 80%.

20-) Já na agricultura há um corte de 60% ou -R\$ 6 milhões para subvenções aos produtores rurais em R\$ 3,45 milhões ou 2,6%, cidadania no campo - rotas rurais em R\$ 5 milhões ou 3,6%, assistência técnica, extensão rural e apoio a organizações rurais para agricultura sustentável em R\$ 26,5 ou 45%.

21-) No meio ambiente e infraestrutura ocorrem cortes para implantação do sistema de macrodrenagem do rio Baquirivu-Guaçu (-R\$ 18,8 milhões ou -94%), implantação do sistema adutor regional e das

barragens duas pontes e pedreira em R\$ 58 milhões ou 32%, preservação e manutenção do rio Tietê em R\$ 9,4 milhões ou 4%, apoio a municípios em intervenções no setor de recursos hídricos em R\$ 17 milhões ou 41,7%, se liga na rede em R\$ 21,5 milhões ou 51%, infraestrutura sustentável em R\$ 26 milhões ou 39%, implementação da política estadual de defesa dos animais domésticos em R\$ 8,67 milhões e 13,4% e gestão do parque zoológico (-R\$ 12 milhões ou -100%). Redução no departamento de águas e energia elétrica- DAEE no valor de R\$ 12,7 milhões ou -0,6%.

22-) No esporte, corte nos centros de formação e de excelência esportiva em R\$ 7,6 milhões ou 26%, reformas e/ou obras realizadas pela secretaria em R\$ 7,4 milhões ou 31% e distribuição de materiais esportivos em R\$ 3,1 milhões ou 86%

23-) Na secretaria de governo, implantação das praças da cidadania no estado de São Paulo em R\$ 13,6 milhões ou 40%, regulação

fiscalização concessões rodoviárias em R\$ 50,8 milhões ou 38%, regulação e fiscalização. serviços públicos saneamento básico em R\$ 5,5 milhões ou 68%, gás canalizado em R\$ 3,7 milhões ou 68%. E de R\$ 29,5 milhões ou 2,2 na administração da secretaria, casa militar R\$ 4,8 milhões ou -7,2%, na ARTESP em R\$ 622 mil ou 0,2%.

25-) Na secretaria de administração penitenciária corte para conservação manutenção reparos das unidades prisionais em R\$ 30 milhões ou 24%, serviços de atenção à saúde dos custodiados em R\$ 1 milhão ou 44%.

26-) Na habitação, destacamos queda para ações do fundo garantidor habitacional-FGH em R\$ 30 milhões ou 96%, apoio a regularização fundiária (-R\$ 2,7 milhões ou -5,8%), no reassentamento habitacional de risco e favelas e urbanização de favelas (-13,6 milhões ou -86%), urbanização de favelas em R\$ 4,8 milhões ou 100%, produção de moradias em R\$ 38 milhões ou 65%, desenvolvimento urbano sustentável em R\$ 50 milhões ou 83%.

27-) **Turismo:** redução de R\$ 5,4 milhões ou 0,9% na administração da secretaria e R\$ 2,6 milhões ou 3,7% no custeio da coordenadoria de turismo

28-) A margem de remanejamento passa de R\$ 160 bilhões e aponta para a existência de um orçamento fictício

Desta forma, o receituário do governo atual deve continuar na próximo governo como redução de secretarias e enxugamento de órgãos, baixos salários, falta de aplicação dos 30% na educação, não aplicar o gasto constitucional da saúde, não cumprir os 9,57% para universidades e deixar de aplicar R\$ 1 bilhão, de não aplicação

alocar menos de R\$ 4 milhões enquanto os trabalhadores colocam R\$ 1,6 bilhão e não cumprir obrigações definidas na constituição estadual, de cortes generalizados nas ações orçamentárias para a área social e de privatizações. A margem de remanejamento passa de R\$ 160 bilhões e aponta para a existência de um orçamento fictício. Outro absurdo é que a margem do governador é de 52%, enquanto por recomendação do Tribunal de Contas deve ser igual a previsão de inflação, que no caso do Estado, é de 3,8%.

Sala das Sessões, em

DEPUTADA MÁRCIA LIA

Líder da Bancada do PT